



Câmara dos Deputados  
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº**  
**(Do Sr. Capitão Alberto Neto)**

**Requer do Excelentíssimo  
Ministro da Justiça e Segurança  
Pública, informações a respeito  
do crime organizado no Brasil.**

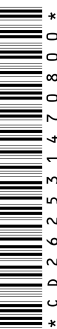
Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requero seja encaminhada ao Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, solicitação de informações a respeito do crime organizado no Brasil.

Diante do exposto solicitamos respostas aos seguintes questionamentos:

- 1) O estudo Amazônia 2030 mostra que facções já estão presentes em 45% dos municípios da região. O governo tem um plano estratégico específico para conter essa expansão territorial do crime organizado na Amazônia?
- 2) As hidrovias se tornaram as principais rotas do tráfico após a interdição aérea de 2004. O ministério avalia que a fiscalização fluvial atual é suficiente, ou há déficit operacional nas hidrovias amazônicas?
- 3) O Comando Vermelho ampliou em 123% sua presença na região em dois anos. Quais ações de inteligência estão sendo adotadas para desarticular essa expansão antes que ela se consolide ainda mais?
- 4) Organizações estrangeiras como o Tren de Aragua e grupos colombianos já operam na Amazônia brasileira. Como o governo está coordenando a cooperação internacional para enfrentar o crime transfronteiriço?

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 946 – CEP 70160-900 – Brasília/DF  
Tels (61) 3215-5946/1946





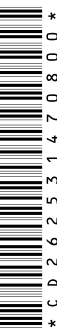
- 5) Pesquisas mostram que o fortalecimento da fiscalização ambiental reduz em até 15% os homicídios na região. O ministério trabalha de forma integrada com o Ibama e o MMA nessa perspectiva de segurança pública aliada à proteção ambiental?
- 6) Municípios com garimpo, grilagem, extração ilegal de madeira e facções simultâneos registram mais de 30 homicídios por 100 mil habitantes acima da média. Existe uma política de intervenção prioritária nesses territórios de múltiplo risco?
- 7) Populações indígenas e quilombolas estão entre as mais vulneráveis a esse avanço do crime organizado. O ministério tem uma estratégia específica de proteção para esses grupos, que vivem em áreas de difícil acesso e baixa presença do Estado?

### Justificativa

A Amazônia vive uma profunda transformação no perfil da sua violência. Um estudo do projeto Amazônia 2030, conduzido por pesquisadores do Imazon, CPI e PUC-Rio, revela que entre 1999 e 2023 a região acumulou quase 19 mil homicídios a mais do que teria registrado se seguisse a trajetória das demais cidades brasileiras de pequeno porte. O dado mais alarmante, porém, está na mudança estrutural desse cenário: até 2017, facções criminosas respondiam por 29% das mortes ligadas a fatores de risco. A partir de 2018, esse índice saltou para 56%.

O crime organizado já não é um problema restrito às grandes cidades. Hoje está presente em 45% dos municípios da Amazônia Legal — 344 das 772 cidades da região —, número que representa crescimento de 32% em apenas um ano. O Comando Vermelho e o PCC lideram essa expansão, com o CV alcançando 286 municípios e ampliando em 123% sua influência territorial em apenas dois anos. Organizações estrangeiras, como a venezuelana Tren de Aragua e grupos colombianos, também já operam no território amazônico.

As hidrovias se tornaram o principal corredor do tráfico. Após a política de interdição aérea implementada em 2004, os rios passaram a





Câmara dos Deputados  
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

conectar países produtores andinos a cidades como Manaus e, de lá, aos mercados nacionais e internacionais. Essa interiorização expôs ao crime comunidades antes isoladas e transformou municípios historicamente pacatos em alguns dos mais violentos do país. A taxa de assassinatos na Amazônia Legal é hoje 31% superior à média nacional — 27,3 mortes por 100 mil habitantes contra a média brasileira.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 7 de abril de 2026.

**CAPITÃO ALBERTO NETO**

Deputado Federal

PL-AM

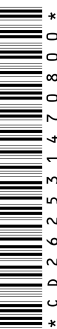
Apresentação: 08/04/2026 16:03:19.667 - Mesa

RIC n.810/2026



Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 946 – CEP 70160-900 – Brasília/DF  
Tels (61) 3215-5946/1946

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD262531470800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto



\* C D 2 6 2 5 3 1 4 7 0 8 0 0 \*